

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LOUISE SOARES DO ESPIRITO SANTO

AS PRÁTICAS DA GOVERNANÇA PRIVADA FRENTE A EVOLUÇÃO
DA PAUTA SOCIOAMBIENTAL:
ESTUDO DE CASO SOBRE A MOURA BATERIAS.

Recife
2024

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LOUISE SOARES DO ESPIRITO SANTO

**AS PRÁTICAS DA GOVERNANÇA PRIVADA FRENTE A EVOLUÇÃO
DA PAUTA SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO SOBRE A
MOURA BATERIAS.**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Professor David Gonzaga.

Recife

2024

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

E77p Espirito Santo, Ana Louise Soares do.
As práticas da governança privada frente a evolução da pauta socioambiental: estudo de caso sobre baterias / Ana Louise Soares do Espirito Santo. – Recife, 2024.
41 f.

Orientador: Prof. Ms. David Gonzaga.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Meio ambiente. 2. Governança privada. 3. Conferências Internacionais. I. Gonzaga, David. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2024.1-002)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA LOUISE SOARES

**AS PRÁTICAS DA GOVERNANÇA PRIVADA FRENTE A EVOLUÇÃO DA PAUTA
SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO SOBRE A MOURA BATERIAS.**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Professor David Gonzaga.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Membro:

Instituição:

Membro:

Instituição:

Membro:

Instituição:

Recife

2024

AGRADECIMENTOS

A todas aquelas que vieram antes de mim, e se hoje estou aqui foi por causa delas. Em especial a minha mãe, bisavó e irmã, muito obrigada por todo apoio e por sempre terem acreditado em mim, vocês sem dúvida são meu gás para seguir lutando dia após dia.

Aos meus amigos, Fernando Almeida, Janyelle Marques, Katyllen Rhaianny, Esteffane Taysa, Ester Geiza, Elyoenia Carla, fiéis torcedores.

Aos meus amigos de graduação, Barbara Palloma, Willianny Wanderley e Jonas Barbosa, que me acompanharam ao decorrer desses anos.

Ao meu incansável orientador e amigo Prof. David Gonzaga pelo exemplo, presença constante, auxílio e motivação no estudo para finalização dessa etapa. Agradeço especialmente pelas oportunidades e incentivo para alavancar minha jornada na área acadêmica.

RESUMO

Este trabalho analisa a evolução da pauta socioambiental nas Relações Internacionais e o papel da governança privada no desenvolvimento sustentável. Destaca-se a importância das dimensões históricas e culturais e a influência das intervenções humanas. A pesquisa aborda as relações governamentais junto à iniciativa privada, as medidas de contenção de danos ambientais por empresas internacionais, e o conflito entre decisões internacionais e comércio, com foco nas conferências ambientais da ONU (Estocolmo 1972, Eco-92, Rio+10, Rio+20). O estudo de caso da Moura Baterias examina suas práticas de sustentabilidade e governança privada ao longo de 65 anos. Utilizando metodologia qualitativa, a pesquisa busca entender o contexto histórico e ambiental de cada conferência, o conflito entre capitalismo e crise ambiental, e a influência da governança privada na indústria, destacando o impacto das práticas da Moura Baterias.

Palavras Chaves: Meio ambiente; Governança Privada; Conferências Internacionais.

ABSTRAT

This work analyzes the evolution of the socio-environmental agenda in International Relations and the role of private governance in sustainable development. It highlights the importance of historical and cultural dimensions and the influence of human interventions. The research addresses governmental relations with the private sector, measures taken by international companies to mitigate environmental damage, and the conflict between international decisions and trade, focusing on the UN environmental conferences (Stockholm 1972, Eco-92, Rio+10, Rio+20). The case study of Moura Batteries examines its sustainability practices and private governance over 65 years. Using a qualitative methodology, the research aims to understand the historical and environmental context of each conference, the conflict between capitalism and the environmental crisis, and the influence of private governance in the industry, highlighting the impact of Moura Batteries' practices.

Keywords: Environment; Private Governance; International Conferences.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONFERÊNCIAS CLIMÁTICAS: AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	9
3 INOVAÇÃO E GOVERNANÇA PRIVADA: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	18
3.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: O COMPROMISSO DAS EMPRESAS	18
3.2 GOVERNANÇA COMPARTILHADA: DINÂMICAS ENTRE EMPRESAS E ESTADOS	20
4 ANÁLISE DE CASO: APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES.....	26
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS.....	39
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Partindo dos avanços tecnológicos industriais, mas não apenas isso, o meio ambiente ao longo dos anos vem demonstrando fortemente suas mudanças. O impacto do ideal capitalista frente a esse fato é correlacionado em vários momentos, os grandes negócios, responsáveis pelas trocas comerciais internacionais, começaram a adentrar fortemente no campo de estudo das relações internacionais, seja acadêmico seja diplomático. Como forma de reestruturação das práticas utilizadas por eles, que já não coincidiam com a realidade que seria preciso seguir a partir de certo ponto em vertente da preservação do meio ambiente.

Ao tratar da responsabilidade empresarial ou responsabilidade social corporativa, há visto uma cobrança inerente às empresas para que tenham uma conscientização junto à sociedade, uma vez que estas se utilizam de recursos pessoais e naturais do planeta para desenvolver suas atividades econômicas, e por isso, devem oferecer algum tipo de compensação (Barnett, 2007), ou seja, uma organização que não contribui positivamente será percebida como sendo socialmente irresponsável (Idowu e Towler, 2004). Além disso, mostra-se claro a desvantagem das empresas que não tem um olhar voltado para os movimentos sociais, principalmente tratando-se do ambiental, que é sentido por todos. A competitividade do tema mostra-se muito claro na relação do consumo, ou seja, o consumidor importa-se com empresas que promovem mínimas campanhas.

Ao compreendermos a trajetória da Conferência de Estocolmo, caracterizada como o marco das grandes conferências da pauta socioambiental e seus desdobramentos, evidenciaremos os avanços e contrapartidas ao longo desses encontros, assim como o aprimoramento das políticas públicas e estratégias empresariais voltadas para a sustentabilidade, visando a promoção de um debate mais amplo e consciente sobre o futuro do nosso planeta.

Destarte, essa pesquisa propõe uma análise temporal dos debates políticos e internacionais, em razão das mudanças climáticas e a centralização do tema nas relações internacionais. Em particular, um estudo sobre como as sanções realizadas por governos ou possíveis incentivos beneficiam ou não a iniciativa privada, e qual o

impacto disso. Busca-se analisar, também, a tomada de medidas de contenção de danos ao meio ambiente, praticadas por essas empresas de porte internacional.

Outrossim, espera-se analisar o impasse conflituoso entre as decisões internacionais e o comércio no que diz respeito à indústria, os Estados com suas implementações e como isso está sendo abordado junto ao setor privado, quais mudanças vêm ocorrendo. O espaço temporal se dá nos anos das conferências ambientais da ONU, respectivamente, Conferência de Estocolmo, em 1972, a Eco-92 ou Rio-92; a Rio+10, em 2002, e a Rio+20, em 2012, até os dias atuais.

Tomando como ponto de partida os fatos elencados, este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da pauta socioambiental nas Relações Internacionais Contemporâneas e o papel da Governança Privada como ator primordial no desenvolvimento sustentável. O Estudo de caso foca em demonstrar como a Moura Baterias, sendo uma empresa multinacional, e seu principal segmento, as baterias automotivas detendo como matéria prima mais utilizada o chumbo, vem se desdobrando ao longo dos seus 65 anos no mercado, quais as medidas da empresa, assim como sua participação perante sua governança privada, não deixando de lado como a empresa se posiciona perante a mídia, frente aos discursos atuais socioambientais.

Para direcionar a pesquisa, a metodologia trabalhada foi a qualitativa, com o início a fim de coletar informações em fontes confiáveis e compreender o fenômeno estudado, que geralmente requer a aplicação e análise dos dados coletados. A priori, a pesquisa está voltada para a confecção e entendimento do contexto da época com cada conferência, frisando para o trabalho a explicação do conflito do mundo capitalista e a crise ambiental, assim como o comportamento e visão da sociedade perante a pauta. No segundo momento, evidencia-se a análise o debate sobre a Governança privada e sua influência, assim como os movimentos da Indústria para tanto, qual comportamento e medidas empregadas visando gerar um impacto. No terceiro capítulo e mais importante para este trabalho, traz-se o estudo de caso, demonstrando como a Moura Baterias aplica os conceitos discorridos ao longo desta pesquisa, e quais seus impactos.

2 CONFERÊNCIAS CLIMÁTICAS: AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Em junho de 1972, líderes de todo o mundo reuniram-se em Estocolmo, na Suécia, para o que seria considerado um ponto de viragem na história ambiental moderna: a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Este evento, também conhecido como Conferência de Estocolmo, marcou a primeira tentativa global de abordar as preocupações crescentes sobre a deterioração do ambiente e as suas consequências para a humanidade.

A necessidade de estabelecer meios de harmonizar o desenvolvimento económico e a conservação ambiental, e propor novas formas de cooperação internacional resultaram, em 1987, em um documento, *Nosso Futuro Comum*, ou Relatório de Brundtland.

Da industrialização à expansão desenfreada da agricultura e da urbanização, o século XX assistiu a uma rápida mudança na relação entre o homem e a natureza. À medida que a produção e o consumo industriais aumentaram, também aumentaram os resíduos e a poluição resultante. A percepção pública destas questões estava a mudar rapidamente e a necessidade de uma ação coordenada a nível internacional tornava-se cada vez mais evidente. O que se viu, a partir daí, foi um crescimento acelerado no número de ONG's, criação de ativismos como os "partidos verdes", que começaram a influenciar na política, multiplicação de atores transnacionais em matéria de meio ambiente, surgimento do ambientalismo como novo movimento social e uma oposição política às estruturas dominantes (Le Prestre, 2000).

A Conferência de Estocolmo não foi apenas uma reunião para discutir os desafios ambientais, mas também um momento crucial para estabelecer princípios e diretrizes que moldaram o futuro do movimento ambientalista global. Desde a Declaração do Ambiente Humano até à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), a Conferência de Estocolmo lançou as bases para uma abordagem mais abrangente e coordenada à proteção ambiental na cena global. No entanto, também levantou desafios significativos e questões não resolvidas que continuariam a ser debatidas nas décadas seguintes.

O Programa Das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2011, p. 17) definiu uma "Economia Verde", como sendo uma economia que resulta na "melhoria

do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”. Ainda segundo o PNUMA, para se alcançar a Economia Verde é necessário diminuir as emissões de dióxido de carbono, melhorar a eficiência no consumo dos recursos e, ao mesmo tempo, ser socialmente inclusivo. Entretanto, a noção de desenvolvimento sustentável envolve múltiplas variáveis, cada país o entende à sua maneira (Le Prestre, 2000), e foi por isso que a ideia foi aceita a níveis desiguais de importância.

A deterioração ambiental, vista a princípio como um problema sobretudo dos países ricos e como um efeito colateral da riqueza industrial, tornou-se uma questão de sobrevivência para os países em desenvolvimento. Ela faz parte da espiral descendente do declínio econômico e ecológico em que muitas das nações mais pobres se vêem enredadas (CMMAD, 1987, p.13).

Neste capítulo, mergulharemos nos detalhes deste marco histórico e examinaremos como a Conferência de Estocolmo de 1972 continua a influenciar a forma como abordamos os desafios ambientais hoje.

A sua sucessora, a Eco '92 foi realizada, em um contexto de crescente preocupação com as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a degradação dos ecossistemas e as desigualdades econômicas e sociais em todo o mundo. Estava cada vez mais forte na mídia os desastres ambientais que estavam ocorrendo ao redor do mundo, e as previsões de futuro também não apresentavam conclusões otimistas para a sociedade, resultando nos conflitos sociais, entre os Estados, a população, assim como as iniciativas privadas, todos os entes estavam em busca de garantir sua parcela no debate da pauta ambiental.

De acordo com Little (2001; 2006), os conflitos socioambientais surgem de diferentes formas de interação entre grupos sociais e seus ambientes, incluindo os meios social e natural. Cada grupo social tem sua própria maneira de se adaptar, sua ideologia e estilo de vida, que podem entrar em conflito com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades. Isso resulta em confrontos sociais e culturais relacionados a questões ambientais, como o uso de territórios e recursos naturais. Acselrad (2004) também define conflitos ambientais como aqueles que surgem entre grupos sociais com diferentes maneiras de se apropriar, usar e dar significado ao território. Esses conflitos ocorrem quando pelo menos um dos grupos tem suas formas de apropriação ameaçadas por impactos indesejáveis, como poluição do solo, da

água, do ar ou de sistemas vivos, devido às práticas de outros grupos. Esses conflitos refletem as tensões entre interesses coletivos e públicos versus interesses privados e tentativas de apropriação de espaços públicos.

À medida que se aprofundou a consciência da interdependência entre o ambiente e o desenvolvimento humano, a necessidade de ações concretas e coordenadas tornou-se cada vez mais urgente, assim surgiu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Eco '92 ou Cúpula da Terra, o evento emblemático que ocorreu no Rio de Janeiro em junho de 1992, seguindo a mesma movimentação de líderes e organizações não governamentais de Estocolmo em 1972.

A Eco '92 destacou-se pela adoção de dois documentos fundamentais: a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21. Estes documentos estabelecem princípios fundamentais para a gestão sustentável dos recursos naturais, a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento equitativo e sustentável a nível global.

O documento Agenda 21 trata de aspectos socioeconômicos, de conservação de recursos para o desenvolvimento, do fortalecimento do papel de grupos sociais, e de meios de recursos. Procurando relacionar ainda que de forma superficial, as principais questões ambientais contemporâneas aos temas sociais, políticos e econômicos. Ribeiro et ali (1997, p 230), relatam ser este um "instrumento e guia valioso para reelaborar ideias sobre desenvolvimento e para formular propostas, [...] e alavanca para impulsionar projetos de desenvolvimento sustentável."

A Declaração do Rio enfatizou a necessidade de integrar considerações ambientais e de desenvolvimento na tomada de decisões a todos os níveis, enquanto a Agenda 21 delineou um plano de ação abrangente para abordar uma vasta gama de questões, desde a pobreza até a conservação.

Não há dúvida de que o longo estágio de transição pelo qual nós e nossos filhos teremos de passar deverá impor um grande peso sobre nossa coragem moral e exigirá grande controle. A legislação, a atuação das forças policiais e dos tribunais serão necessárias para fortalecer esse controle, havia citado Aranha (2013), em seu livro que relata o percorrer das Conferências Ambientais.

Caracterizada como um marco na promoção da participação pública, e da colaboração entre governos, organizações não-governamentais e o setor privado na procura de soluções ambientais. A Cimeira da Terra inspirou um renovado sentido de

compromisso e mobilização em torno da proteção ambiental e lançou as bases para futuros acordos internacionais, como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

Se por um lado a conferência de Estocolmo teve como marco o ponto de partida para a voz de uma pauta já estabelecida desde a década de 60. A Eco Rio+10 foi o marco de documentos importantes para o ponto de partida de como começar a traçar o caminho, entretanto, a problemática econômica da época fez frente mais uma vez à questão ambiental.

No Brasil, o atual presidente, Fernando Collor, enfatizou a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, defendendo uma abordagem integrada que considerasse as dimensões social, econômica e ambiental. Ele também ressaltou a importância da cooperação internacional para enfrentar questões como a mudança climática, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental. Promovendo uma visão otimista no que falamos da participação da mídia e dos atores sociais, mas poucos avanços na cooperação internacional.

10 anos depois, a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, também conhecida como Rio+10, foi realizada na cidade de Joanesburgo. O evento reúne, além dos líderes globais, especialistas em meio ambiente e representantes da sociedade civil para discutir questões urgentes relacionadas à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável, assim como nas conferências anteriores.

A Rio+10 teve como objetivo principal avaliar o progresso alcançado desde a Conferência da Terra de 1992, realizada no Rio de Janeiro, e definir metas e estratégias para a próxima década. Durante o evento, foram discutidos temas como conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos naturais, acesso justo aos benefícios derivados da biodiversidade e a relação entre biodiversidade e mudanças climáticas. Entretanto, não se pode confundir uma conferência com a outra, cada conferência veio abarcada de seus paradigmas e problemáticas do contexto da época.

Pode-se dizer que, a partir dessa Conferência, a questão social emerge então como elemento fundamental da sustentabilidade. Isso ressalta a necessidade de considerar a inclusão social, nas suas diversas escalas (local, nacional e global), como fator-chave na construção da sustentabilidade, mas também expôs as contradições da proposta do

desenvolvimento sustentável. A constatação de que ocorreram poucos avanços nos compromissos firmados desde a Rio 92 reforçou o fato de que o desenvolvimento sustentável, enquanto propósito global, estava sendo mais retórico do que real. Apesar disso, a Conferência de Johannesburgo, assim como a Rio 92, caracterizou-se mais pela apresentação de recomendações do que pela definição de objetivos, metas e prazos concretos para a solução dos problemas sociais e ambientais do mundo. (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009, p. 59).

Pouco pode se falar sobre os feitos da Rio+10. Dentre as principais decisões e documentos resultantes, destacam-se a Estratégia Global para a Conservação da Biodiversidade pós-2020, o Marco de Biodiversidade de Aichi, e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Agenda 21 sendo colocada em pauta novamente, com toda sua importância e necessidade de implementação para as gerações seguintes, como discurso principal. Estes documentos estabeleceram metas ambiciosas para a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância crítica da biodiversidade para o bem-estar humano e a saúde dos ecossistemas.

Apesar dos esforços para apoiar a implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, várias dificuldades foram identificadas, incluindo: Metas nacionais de biodiversidade nos Planos Nacionais de Biodiversidade (EPANBs) que, na maioria dos países, são menos ambiciosas do que as Metas de Aichi estabelecidas internacionalmente; Dificuldade em envolver outros setores além do ambiental na implementação dos EPANBs e suas metas; Falta de liderança política a nível nacional e regional; Escassez de recursos financeiros e de capacitação para apoiar a implementação dessas metas.

Dois anos à frente, em junho de 2012, no Rio de Janeiro mais uma vez, ocorre a Rio+20. Teve como principal objetivo renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso desde a Cúpula da Terra de 1992 e buscando novos caminhos para o desenvolvimento que fossem socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado.

O evento resultou em um documento final intitulado "O Futuro que Queremos", que contém compromissos e recomendações para promover o desenvolvimento sustentável. Entre os principais temas discutidos na Rio+20 estavam a economia verde já referenciada no capítulo, a erradicação da pobreza, o fortalecimento da governança ambiental e a criação de novos indicadores de progresso que considerem

não apenas o crescimento econômico, mas também o bem-estar social e a proteção ambiental.

A Rio+20 também foi marcada por diversos eventos paralelos e iniciativas da sociedade civil, que contribuíram para ampliar o debate e promover a conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável. Apesar de algumas críticas em relação à falta de compromissos mais concretos por parte dos países participantes, a Rio+20 foi um marco importante na história das discussões sobre desenvolvimento sustentável e deixou um legado de debates e reflexões que continuam a influenciar as políticas globais.

Além de reafirmar compromissos anteriores, os documentos oficiais da Rio+20 estabeleciam metas ambiciosas, como a transformação do paradigma financeiro tradicional para combater a pobreza, lidar com a degradação ambiental e construir um futuro sustentável. No entanto, ironicamente, o evento foi impactado pela crise associada ao próprio paradigma financeiro tradicional.

Após a conclusão da Rio+20, a avaliação geral de seus resultados seguiu um padrão previsível, que já era antecipado antes do evento. Embora algumas nações tenham expressado reservas em relação ao conteúdo do documento final, os representantes oficiais das delegações dos 188 Estados-membros presentes divulgaram declarações elogiando sua importância e transmitindo uma mensagem otimista sobre o que foi acordado. No entanto, apesar da retórica diplomática e otimista presente nos documentos oficiais da ONU em tais situações, foi necessário reconhecer as limitações da resolução final intitulada "O Futuro que Queremos", a fim de manter a credibilidade diante das evidências. De acordo com uma citação retirada do documento mencionado:

Reconocemos que en los veinte años transcurridos desde la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo de 1992 los avances han sido desiguales, incluso en lo que respecta al desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Ponemos de relieve la necesidad de avanzar en el cumplimiento de los compromisos anteriores. También reconocemos que es necesario acelerar los avances hacia la eliminación de las diferencias entre países desarrollados y países en desarrollo, y crear oportunidades para lograr el desarrollo sostenible mediante el crecimiento económico y la diversificación, el desarrollo social y la protección del medio ambiente, y aprovechar las existentes. (NACIONES UNIDAS, 2012b, p. 05)

Por outro lado, os ambientalistas, em sua maioria, adotaram uma postura crítica e mostraram-se desapontados com os resultados da conferência no Brasil. A avaliação da ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva, resume a crítica feita pelos

ambientalistas ao final do evento: "A crise econômica está sendo privilegiada [na negociação]. O documento final é uma pá de cal na Rio+20". (DOCUMENTO..., 2012).

Apesar de reconhecer que as conferências possam resultar em algum progresso residual em certos casos - como avanços na legislação ambiental, investimentos em projetos locais bem-sucedidos e conscientização sobre a gravidade de certos problemas - suas propostas não atingem um nível de integração, articulação e resultados tangíveis em grande escala, mesmo quando essas propostas são modestas diante da urgência da crise humana e ambiental em nosso tempo.

No entanto, não deveríamos ficar surpresos com essa situação de "imobilismo". A ONU tem um papel limitado nas decisões que afetam a estrutura de governança global e está impedida, em grande parte, de ser um agente de mudanças radicais no cenário internacional.

Na atualidade, as questões relacionadas à proteção ambiental foram colocadas no topo da agenda do debate internacional, com a participação de diversos setores da sociedade, incluindo ONGs, órgãos governamentais e instituições multilaterais como a ONU, que promove eventos e documentos oficiais sobre o assunto. O contexto que envolve a valorização das causas ambientais é amplo e complexo, mas pode ser atribuído, em grande parte, ao aumento excessivo na exploração dos recursos naturais, impulsionado por uma forma dominante de organização social que prioriza as necessidades e a lógica do capital.

Quanto às tentativas de "correção de rumo" discutidas nas conferências da ONU, a perspectiva é que, a cada evento, o foco principal recai sobre a avaliação do que não foi realizado ao longo de uma década entre uma reunião e outra. Os progressos, quando ocorrem, são lentos, o que contrasta fortemente com a urgência resultante da contínua aceleração dos problemas sociais e ambientais globais.

Ao comparar a Rio-92 com outros eventos internacionais subsequentes, nota-se que, apesar de alguma desilusão com o progresso limitado em certas questões abordadas na primeira conferência, ela foi, em geral, um momento de otimismo e esperança em relação à adoção e implementação de medidas que poderiam levar as nações a um futuro melhor. Mais de uma década após essa conferência histórica, analistas e participantes de encontros subsequentes, como a Rio+10 e a Rio+20, estão mais céticos, avaliando que a situação social e ambiental em nosso planeta regrediu mais do que progrediu nesses últimos anos. O descrédito associado a esse tipo de evento promovido pela ONU é evidenciado pela repetição das aspirações em

seus documentos finais, que constantemente projetam avanços mais concretos para o futuro, como é o caso da criação de um nível de assistência financeira aos países "menos desenvolvidos". Serres usa uma metáfora que se encaixa perfeitamente nessa situação dos avanços das conferências:

Podemos certamente tornar mais lentos os processos já lançados, legislar para consumir menos combustíveis fósseis, replantar em massa as florestas devastadas [...] todas as iniciativas excelentes, mas que, no total, levam à imagem do navio correndo a 25 nós em direção a uma barreira rochosa onde infalivelmente ele baterá e sobre cuja ponte o oficial superior recomenda à máquina reduzir um décimo de velocidade sem mudar de direção. (Serres, 1991, p. 43).

Capra (2006) remonta em sua obra *A Teia da Vida* o desafio da crise de percepções, onde afirma que a maioria dos líderes corporativos, administradores e professores universitários ainda não reconhece plenamente a necessidade urgente de uma mudança profunda de percepção e pensamento para garantir nossa sobrevivência. A crise ambiental vem se alastrando a passos largos, e as preocupações com outros temas permanecem à frente da socioambiental diversas vezes demonstrada ao longo do capítulo, o desenvolvimento econômico é o ponto chave de todo debate. Destarte, o autor sugere uma mudança de paradigma:

O novo paradigma pode ser descrito como uma perspectiva holística do mundo, que o vê como um todo interligado, e não como uma simples coleção de partes isoladas. Também pode ser chamado de visão ecológica, desde que o termo "ecológica" seja entendido em um sentido muito mais amplo e profundo do que o usual. Essa percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o fato de que, tanto como indivíduos quanto como sociedades, estamos todos inseridos nos processos cíclicos da natureza, sendo, em última análise, dependentes desses processos.

A partir do entendimento de que a vida na Terra é interligada e interdependente, formando uma teia complexa de relações entre os organismos e seu ambiente. Capra enfatiza a importância de compreender e respeitar essa interconexão para garantir a sustentabilidade ecológica. Nessa nova perspectiva, a vida é vista como um sistema dinâmico e integrado, onde cada parte influencia e é influenciada por todas as outras. As questões sobre a crise ambiental global apresentam a necessidade de uma abordagem mais cooperativa e sustentável para lidar com os desafios ambientais. Ele argumenta que a saúde e o bem-estar da humanidade estão intrinsecamente ligados

à saúde e à vitalidade do meio ambiente, e que devemos agir de forma a promover a harmonia e o equilíbrio nesse sistema interdependente de vida.

Reforçando também a visão desenvolvida por Silva (2014), sobre a importância do meio ambiente saudável como um direito fundamental. Colocando em foco o debate para a importância de uma visão holística e integrada do meio ambiente, que considere não apenas aspectos naturais, mas também sociais, econômicos e culturais, visando garantir um futuro sustentável para as próximas gerações. Garantidos a partir dos avanços legislativos e jurisprudenciais na proteção ambiental, incluindo a Constituição Federal de 1988 brasileira e a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

A autora também reitera que a responsabilidade de proteger o meio ambiente não recai apenas sobre o Poder Público, mas também sobre a coletividade, que deve participar ativamente da vida em sociedade. Para isso, foram disponibilizados mecanismos jurídicos, como a ação popular e a ação civil pública, para a defesa desse interesse difuso. Além disso, foram criados instrumentos de participação na gestão ambiental, como a participação em conselhos ambientais e em audiências públicas. Esses mecanismos e instrumentos são essenciais para garantir que a proteção ambiental seja efetiva e que a sociedade tenha voz nas decisões que afetam o meio ambiente.

Destarte, é possível analisar que as conferências ao longo dos anos trarão poucos avanços significativos em números no que desrespeita a medidas para freamento do uso excessivo dos recursos naturais e desgaste do planeta, mas não há como negar que o tema foi se desenvolvendo nas pesquisas acadêmicas em vários ramos distintos, sejam físicos, biólogos, ONG's, ou nos meios de comunicação. Se a ideia inicial da conferência de Estocolmo em 1972 era colocar em debate a situação degradativa do planeta, o mesmo foi realizado. Os desafios a partir disso, está voltado no modus operandi do sistema globalizado, de perspectivas e necessidades distintas.

3 INOVAÇÃO E GOVERNANÇA PRIVADA: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

3.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: O COMPROMISSO DAS EMPRESAS

Atualmente, um dos principais desafios da sociedade é conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Segundo Lins e Silva (2009), é impossível dissociar o desenvolvimento econômico das questões ambientais. A reputação ambiental das empresas, especialmente aquelas em setores de alto risco ambiental, tem se tornado cada vez mais relevante ao longo do tempo (Sharma et al., 1999).

A ordem ambiental internacional, advinda da crise mundial gerada, de um lado, pelo esgotamento dos recursos naturais, mas também pela industrialização associada a melhoria da qualidade de vida é a visão positivista mascarando os reais danos do negócio. Ulrich Beck (1998) e a teoria sobre “sociedade de risco”. Segundo o autor, as sociedades contemporâneas estão cada vez mais marcadas por riscos e incertezas que surgem das próprias atividades humanas. Ele sugere que os perigos tradicionais, como desastres naturais, foram substituídos por riscos produzidos pela atividade humana, como a poluição ambiental, a tecnologia nuclear, os alimentos geneticamente modificados e as crises financeiras globais.

Segundo Beck, a sociedade de risco é caracterizada pela individualização dos riscos, o que significa que os indivíduos são cada vez mais responsabilizados por lidar com os riscos que enfrentam. Ele também argumenta que a percepção e a gestão dos riscos se tornaram questões centrais na política e na vida social, levando a novas formas de solidariedade e conflito.

No capítulo anterior foi possível abordar que o ponto focal do estudo de Beck foi mais de uma vez em consonância com os debates ao longo das conferências mundiais, sobre o quanto o indivíduo não apenas era responsável pelos danos causados, mas também pelas medidas a serem tomadas a partir de agora. Para tanto, esse capítulo trará em foco a vertente e as medidas da iniciativa privada, sendo eles o maior senão o principal fator que impacta na questão socioambiental.

Há um grande ceticismo quando empresas como o McDonald's começam a falar sobre saladas, porque as pessoas sabem que o McDonald's não está realmente preocupado com a saúde dos seus clientes. Destarte, a ação de uma empresa muitas vezes precisa ser bem alinhada com seu tipo de negócio, essa ação faz parte de um compromisso geral com a sociedade, e precisa passar se essas organizações realmente se empenham nisso. Mas se alguém está fazendo isso apenas pela publicidade, como acontece muitas vezes, o impacto social se torna irrelevante, principalmente nas questões ambientais.

Muito se questiona se as empresas devem agir como agentes de mudança social progressiva? Por exemplo, a marca O'Boticário deve financiar uma campanha para acabar com a fome na região Norte do Brasil? A Moura Baterias deve contribuir para a formação qualificada da sociedade da Cidade de Belo Jardim, em Pernambuco? Até que ponto as empresas devem contribuir para essas causas sociais? Devido às complexidades éticas envolvidas, pessoas razoáveis podem discordar. Alguns defendem que, como as empresas se beneficiam dos recursos da sociedade, têm a obrigação moral de retribuir à sociedade. Por outro lado, há quem argumente que as empresas são agentes ineficazes e inadequados de mudança social, e que qualquer contribuição voluntária para causas sociais representa um desvio injusto dos fundos dos acionistas (Friedman, 1970).

Barnett (2007), aborda que há sim uma cobrança inerente às empresas para que tenham uma conscientização junto à sociedade, uma vez que estas se utilizam de recursos pessoais e naturais do planeta para desenvolver suas atividades econômicas, e por isso, devem oferecer algum tipo de compensação. Seu trabalho sobre A Capacidade de Influência Das Partes Interessadas e a Variabilidade Dos Retornos Financeiros da Responsabilidade Social Corporativa, elucidará o modelo conceitual que descreve como as empresas podem obter retornos financeiros por meio de ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Com base na teoria das partes interessadas, que sugere que as empresas podem lucrar ao atender às preocupações de seus stakeholders, é discutido como esses benefícios financeiros podem variar de acordo com a capacidade de influência desses stakeholders. Esse conceito captura a variação entre e dentro das empresas em sua capacidade de usar a RSC para melhorar seus relacionamentos de forma lucrativa.

O argumento para a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) se concentra na alocação discricionária de recursos corporativos para promover o bem-estar social.

Embora algumas atividades sociais sejam exigidas por lei, muitas empresas optam por investir em RSC mesmo diante da competição acirrada. Críticos argumentam que isso pode prejudicar a posição competitiva da empresa e representar uma redistribuição involuntária de riqueza dos acionistas para a sociedade. No entanto, a prática da RSC é comum, mesmo que seja vista por alguns como uma perda de agência, onde os gerentes buscam benefícios pessoais em vez de beneficiar os acionistas. É possível estimar que a prática da RSC, será mutuamente ligada a partir do princípio basilar da Governança Privada de cada organização.

3.2 GOVERNANÇA COMPARTILHADA: DINÂMICAS ENTRE EMPRESAS E ESTADOS

Diversos especialistas em ciência política, direito, economia, sociologia, administração e relações internacionais têm investigado a governança e as regulações privadas com perspectivas e termos variados. Eles partem de diferentes bases teóricas para analisar como atores não estatais podem influenciar a atividade política e econômica, tanto nacional quanto internacionalmente. Apesar disso, há uma falta de consenso e solidificação conceitual sobre o tema, que abrange desde a ideia de "política privada", onde atores não estatais ganham capacidade e legitimidade para influenciar, até conceitos como "autoridade privada internacional" e "governança global".

Para o capítulo em específico, atenta-se ao conceito de Governança Privada, com foco na gestão ambiental, e como ela é a base para prática RSC, e abordagens da perspectiva ESG (Environmental, Social e Governance) empregada dentro das empresas, com seus critérios ambientais, sociais e de governança, considerados por empresas e investidores como parte da avaliação de desempenho e impacto de uma organização.

Pattberg (2007, p. 13-14) define os três elementos básicos constitutivos da governança privada. Primeiro, (1) o fenômeno se baseia em regras e regulações e não em comportamentos espontâneos e não-coordenados decorrentes de interações de mercado; (2) segundo a governança privada envolve processos e instâncias de institucionalização que vão além da mera cooperação e por fim; (3) ela apresenta potencial de organização de espaços políticos equivalentes aos mecanismos de administração pública.

Portanto, a governança privada vai além da simples cooperação, envolvendo mecanismos institucionalizados, legítimos e permanentes que, por vezes, acabam por prevalecer sobre cálculos de interesses imediatos. Sendo assim, formas institucionalizadas de coordenação sócio-política, nas quais atores privados estejam estabelecendo padrões ou fornecendo um tipo mais amplo de orientação normativa, podem ser consideradas exemplos de governança privada (Pattberg, 2007, p. 14).

Remonta-se também a consideração de Gordenker e Weiss (1995), aplicando que, a governança é um processo em constante evolução que engloba tanto instituições e regimes formais quanto acordos informais nos quais pessoas e instituições concordam ou percebem como sendo de interesse comum.

Alguns especialistas são céticos quanto à eficácia desses mecanismos, no que desrespeita o quesito ambiente e a lucratividade do negócio, sugerindo que empresas que os adotam podem ter um desempenho ambiental mais lento ou até mesmo inferior ao das que não os adotam (King & Lenox, 2000; Darnall & Sides, 2008). Outros argumentam que as empresas podem adotar esses instrumentos de forma oportunista, visando principalmente melhorar sua reputação corporativa e reduzir suas responsabilidades legais, sem necessariamente alterar seu comportamento (Krawiec, 2003, p. 491). Alguns estudos não encontraram diferenças significativas no desempenho ambiental entre empresas que adotam e não adotam esses mecanismos (Foster, Wang, Keeton, 2008). No entanto, há autores mais otimistas que acreditam que as regulamentações privadas podem aumentar efetivamente o cumprimento das regulamentações públicas e trazer benefícios à sociedade (Potosky & Prakash, 2005). Os resultados práticos sobre a eficácia desses mecanismos regulatórios são variados.

Delai e Takahashi (2008) apresenta um modelo de referência para a mensuração da sustentabilidade corporativa. O modelo proposto considera três dimensões principais: econômica, social e ambiental, alinhadas com os princípios do Triple Bottom Line (TBL). A dimensão econômica abrange aspectos financeiros e de gestão, como rentabilidade e transparência. A dimensão social inclui temas como responsabilidade social e qualidade de vida no trabalho. Por fim, a dimensão ambiental engloba aspectos relacionados à preservação ambiental e uso sustentável dos recursos. O modelo proposto busca auxiliar as empresas na avaliação e comunicação de seu desempenho em sustentabilidade, contribuindo para uma gestão mais responsável e transparente.

O crescente interesse das empresas em relação ao impacto ambiental resultou na inclusão da dimensão ambiental em suas agendas estratégicas. Muitas empresas agora garantem que nenhum produto seja concebido, produzido ou comercializado sem considerar os possíveis danos ao meio ambiente. A gestão ambiental é vista como diretrizes e atividades administrativas e operacionais que visam impactar positivamente o meio ambiente. Estudos sugerem que empresas que adotam práticas ambientais podem obter benefícios como redução de custos, conquista de mercados e melhoria do desempenho financeiro. Setores como supermercados e bebidas, responsáveis por grande parte do comércio de produtos de consumo, estão sendo analisados quanto às suas práticas e impactos ambientais muito fortes nos últimos anos (Oliveira, Machado 2010).

Para atender à demanda crescente por práticas sustentáveis, antecipar-se à legislação ambiental mais rigorosa, evitar conflitos com ONGs e aproveitar os benefícios financeiros do desenvolvimento limpo, as empresas estão criando áreas especializadas em gestão ambiental. Essas áreas são responsáveis por identificar, avaliar, controlar, monitorar e reduzir os impactos ambientais. A gestão ambiental deve ser vista de forma integrada, considerando o cliente, o produto e o fluxo de atividades da cadeia produtiva. A implementação da gestão ambiental nas empresas é gradual e varia de acordo com as estratégias e o contexto de cada organização, podendo passar por diferentes estágios evolutivos.

A literatura especializada em políticas públicas, sociologia econômica e ciências políticas tem vasta informação sobre a interação entre empresas transnacionais e os governos. Fuchs (2013) desenvolveu uma abordagem didática que descreve como as corporações podem influenciar os Estados, com base no poder econômico das empresas. Em sociedades capitalistas, o crescimento econômico frequentemente depende das corporações, o que pode influenciar as eleições e incentivar os políticos a atender às demandas por crescimento.

Como resultado, os políticos podem buscar parcerias com as corporações para se associarem a qualquer crescimento econômico que elas possam gerar. Fuchs (2013) também destaca duas outras formas de influência das corporações sobre os Estados: a dimensão ideacional, que envolve a criação de símbolos e narrativas; e a dimensão instrumentalista, que se baseia na influência direta das corporações sobre os agentes públicos, por meio de atividades como financiamento de campanhas políticas, lobby e uso da "porta giratória".

No estudo da relação entre corporações mineradoras e instituições públicas em Minas Gerais, vemos a aplicação dessas três dimensões pelo setor mineral. O papel significativo desse setor na economia do estado pode ser exemplificado pela sua contribuição para a receita estadual, como evidenciado pelo valor significativo da Compensação Financeira pela Extração Mineral (CFEM) em 2017, que foi de R\$ 175 milhões, e pela geração de cerca de 50 mil empregos diretos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Apesar de a justiça ter declarado inconstitucional o financiamento de campanhas por empresas e de ter sido vetado na Minirreforma Eleitoral, muitas das decisões recentes sobre legislação ambiental em Minas Gerais foram tomadas antes dessa proibição. Estudos mostram que mineradoras apoiaram candidatos do Governo Federal, especialmente aqueles envolvidos no debate sobre o código mineral. Na eleição de 2014 em Minas Gerais, o Governador Fernando Pimentel teve sua campanha financiada por empresas do grupo Vale. Além disso, mais de 70% dos deputados estaduais eleitos em 2014 receberam financiamento do setor mineral, e muitos deles ocuparam cargos em comissões relacionadas à mineração ou ao meio ambiente.

A atuação do Estado em diferentes situações mostra-se ambígua: por um lado, ele implementa políticas conservacionistas que podem aumentar os conflitos ambientais; por outro lado, ele às vezes age como mediador, apoiando as populações afetadas. Essa ambiguidade reflete os conflitos ambientais dentro das "políticas ambientais", evidenciando brechas de contestação dentro do paradigma do desenvolvimento. Esses conflitos revelam as contradições na forma como as atividades e formas sociais de uso e apropriação dos recursos são espacialmente organizadas. Eles surgem quando diferentes práticas sociais espacialmente definidas são acusadas de comprometer a sustentabilidade ao longo do tempo.

À medida que expandem suas operações além das fronteiras nacionais, as empresas se fortalecem no contexto da globalização econômica. Tornam-se entidades independentes que moldam suas próprias geografias e áreas de atuação, seja para acessar novos mercados, estabelecer unidades produtivas ou explorar recursos naturais. No modelo atual de economia flexível, a presença territorial das empresas é marcada por constantes mudanças, envolvendo deslocamentos e reorganizações. A ameaça de deslocalização, ou seja, a possibilidade de rescindir contratos e compromissos sociais (como empregos e contribuições fiscais), tornou-se uma

ferramenta poderosa usada pelas empresas para influenciar os governos a atender às suas demandas territoriais.

Nesse cenário, o Estado muitas vezes se junta aos interesses empresariais para enfrentar os direitos territoriais de grupos como povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. A política de terra, orientada pelo objetivo de integrar essas comunidades ao sistema urbano-industrial-capitalista, muitas vezes resulta no que Harvey (2005) descreve como "acumulação por espoliação".

Atualmente, há uma variedade de ferramentas disponíveis para a formulação de políticas ambientais, como licenciamentos, taxas, subsídios, definição de padrões, acordos voluntários, sistemas de informação e zoneamentos, entre outros. Cada uma dessas ferramentas tem suas próprias características, vantagens, desvantagens e custos de implementação (fiscalização), que devem ser compreendidos e considerados ao escolher a melhor abordagem.

Cada tipo de instrumento possui seus pontos positivos e negativos. Ao escolher os instrumentos a serem utilizados, o governo deve considerar aspectos como viabilidade política, financeira e institucional-administrativa, selecionando-os de acordo com o contexto e os objetivos pretendidos. No entanto, a falta de estudos comparativos sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos diferentes instrumentos disponíveis no país pode dificultar a decisão do poder público sobre onde concentrar seus esforços e investimentos.

A conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental é um desafio premente que define a era contemporânea. A reputação ambiental das empresas tornou-se um fator determinante, particularmente para aquelas em setores de alto risco ambiental. Ulrich Beck trouxe à luz a noção de "sociedade de risco", na qual os perigos tradicionais são superados por riscos derivados da atividade humana, como a poluição ambiental, gerando novos paradigmas de solidariedade e conflito.

A responsabilidade social corporativa (RSC) emerge como uma resposta a esses desafios, embora haja debates sobre sua motivação e eficácia. A governança privada, especialmente na gestão ambiental, é essencial para a prática da RSC, demandando mecanismos institucionais e regras claras, podendo até seguir diretrizes estatais, se estas ocorrerem. Enquanto alguns defendem os benefícios financeiros e sociais da RSC, outros questionam sua legitimidade e impacto real.

A gestão ambiental nas empresas evoluiu para um imperativo, com práticas que visam integrar considerações ambientais em todas as etapas do ciclo de vida dos produtos. A relação entre empresas transnacionais e governos destaca-se como um campo complexo, onde o poder econômico pode influenciar significativamente as políticas públicas e ambientais.

Em suma, a busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental é central para o futuro sustentável. A responsabilidade social corporativa e a governança privada surgem como ferramentas essenciais nessa busca, embora ainda haja desafios e debates a serem enfrentados para sua efetiva implementação e impacto, não deixando de lado o papel ativo do setor público como força motriz para uma gestão compartilhada eficaz.

4 ANÁLISE DE CASO: APLICAÇÕES E IMPLICAÇÕES

Gestão Ambiental envolve planejamento, organização e direciona a empresa a alcançar metas específicas, de forma semelhante à gestão da qualidade. Um aspecto relevante da gestão ambiental é que sua implementação exige decisões nos níveis mais altos da administração, enviando uma mensagem clara à organização de que se trata de um compromisso corporativo. A gestão ambiental também pode ser um importante instrumento para as organizações em suas relações com consumidores, o público em geral, companhias de seguro e agências governamentais (Nilsson, 1998, p. 134) apud Corazza (2003).

Para a empresa mencionada neste estudo de caso, o Grupo Moura lançou o manifesto ESG, firmando um compromisso público com as gerações futuras, que guiará suas ações nos próximos anos e que foi construído a partir do legado de mais de seis décadas, com iniciativas pioneiras. A sustentabilidade está no cerne do Grupo Moura, que entende ser imperativo continuar contribuindo veementemente para o desenvolvimento de suas pessoas e comunidades.

Desde que seus fundadores, Edson Mororó Moura e Conceição Moura, escolheram a cidade de Belo Jardim para construir a primeira unidade fabril, iniciando na década de 1950 o processo de descentralização da indústria de autopeças do Brasil, o Grupo Moura tem promovido o desenvolvimento socioeconômico do semiárido nordestino. Atualmente, Belo Jardim é sede do maior complexo fabril de baterias da América do Sul.

Para fortalecer sua Agenda ESG em 2022, o Grupo Moura integrou programas, alinou práticas e implementou direcionadores estratégicos para ser uma energia de impacto positivo ainda mais significativa no mundo. Como parte dessa jornada, estruturou o Programa de Diversidade & Inclusão, que aprimora e amplia ações existentes, demonstrando seu compromisso com uma cultura de respeito, inclusão e geração de oportunidades para todos.

O Grupo Moura concluiu com orgulho o processo de adesão ao Pacto Global da ONU, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Como nova signatária, reforçou seu compromisso com quatro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orientando sua atuação nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Em 2022, o Grupo Moura obteve grandes resultados que orgulham a organização. No campo social, seu compromisso com o desenvolvimento das comunidades onde opera resultou na estruturação de projetos educacionais abrangendo todos os níveis de ensino. O Instituto Conceição Moura retomou seus projetos presenciais após a pandemia da Covid-19, reforçando as iniciativas em Educação de Qualidade, com o objetivo de tornar a transmissão de conhecimentos e a formação dos futuros cidadãos mais igualitários, democráticos e éticos em Belo Jardim.

Abordando a sustentabilidade, ela é entendida como um conjunto de ações e práticas destinadas a atender às necessidades humanas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias (Boff, 2008). Trata-se da habilidade de viver sem causar danos ao ambiente, utilizando recursos naturais de maneira prudente para garantir sua continuidade no futuro.

Portanto, o conceito de sustentabilidade abrange várias formas de preservar o meio ambiente, utilizando recursos disponíveis e reutilizando materiais existentes, como resíduos sólidos recicláveis. A sustentabilidade envolve escolhas sobre modos de vida e interações entre pessoas e o meio ambiente, considerando valores éticos, solidários e democráticos. Não se restringe apenas ao meio ambiente, aplicando-se também a setores como educação, cultura e economia.

Atualmente, discutir sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável é crucial, pois os problemas ambientais têm agravado a qualidade de vida humana. Esses problemas resultam do uso irracional e excessivo dos recursos, causando impactos negativos ao meio ambiente. O Relatório Brundtland (1987) destaca que o atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, com riqueza e fartura contrastando com a miséria, degradação ambiental e poluição. Surge, então, a ideia do Desenvolvimento Sustentável, que busca conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental e redução da pobreza.

O Grupo Moura acredita em ser uma energia de impacto positivo para um mundo melhor, uma energia que faz bem, protege, preserva, regenera, desenvolve e melhora pessoas e meio ambiente. Para o Grupo Moura, ESG é uma diretriz de gestão, estratégia, cultura e marca, e um compromisso de gerar valor para todos os seus públicos de interesse, a sociedade e o planeta.

Para fortalecer suas crenças e propósito, o Grupo Moura lançou a estratégia ESG denominada #nossa energia positiva, estruturada em quatro eixos:

Nossa Gente: práticas de segurança, saúde integral, diversidade, inclusão, desenvolvimento de colaboradores e criação de cultura ESG;

Nosso Produto: iniciativas de ecoeficiência, economia circular, redução de emissões de gases de efeito estufa e apoio a clientes em metas de descarbonização;

Nosso Negócio: ações de inovação em materiais e soluções que combinem segurança energética e desempenho ambiental, além de comunicação, transparência e protagonismo setorial;

Nosso Lugar: atuação responsável e cidadã nas comunidades onde o Grupo Moura atua.

A sustentabilidade está presente na cultura do Grupo Moura de forma decisiva ao longo de sua história. Há quatro décadas, o Grupo desenvolveu um dos primeiros programas verticalizados de Economia Circular do Brasil. Entre 2000 e 2004, quando o Banco Mundial e a ONU iniciaram a construção da Agenda ESG, o Grupo Moura já avançava com um centro de desenvolvimento do empreendedorismo em Belo Jardim, e iniciou um ciclo profundo de evolução em seu modelo de Governança, com a criação do Conselho de Administração.

Nos últimos 10 anos, enquanto a Cúpula do Clima, a Agenda 2030 e os ODS determinavam uma estratégia unificada de sustentabilidade global, o Grupo Moura investiu mais de R\$ 135 milhões em novos equipamentos e iniciativas para alcançar metas ousadas de redução no uso de recursos hídricos e emissão de gases poluentes, maior eficiência energética, gestão de resíduos, promoção da saúde no trabalho, reforço na segurança e transformação social.

Em 2022, o Grupo Moura tomou a decisão de realizar o maior investimento de sua história: a construção da nova unidade de Reciclagem e Metais. Também foi o ano em que realizou a autoavaliação junto ao Sistema B para compreender sua maturidade em ESG e definiu os ODS norteadores para sua tomada de decisão e operações diárias. O Sistema B é um movimento global que busca redefinir o sucesso nos negócios, promovendo uma economia mais inclusiva e sustentável. As empresas que fazem parte do Sistema B são certificadas por atenderem a altos padrões de desempenho social e ambiental, transparência e responsabilidade. Atualmente, Moura ainda não obteve a certificação, mas vem crescendo a porcentagem dos critérios que atende o mesmo.

O Grupo Moura reconhece que a jornada ESG é um caminho de evolução, correções necessárias e adaptações. No entanto, também está convicto de que este

é o único caminho para garantir a longevidade dos seus negócios e desempenhar um papel relevante na construção de uma sociedade mais equilibrada.

Destarte, a empresa detalha alguns programas Corporativos Alinhados ao Atendimento dos ODS, sendo eles:

ODS 12 - Economia Circular: O Grupo Moura busca ser referência em logística reversa de baterias, com um programa consolidado há mais de 40 anos, posicionando-se como o maior reciclador de chumbo da América Latina.

ODS 9 - Inovação e Tecnologia: O Grupo Moura desenvolve projetos de pesquisa, inovação e desenvolvimento em parcerias tecnológicas globais, focando em soluções voltadas para o meio ambiente e sustentabilidade, como sistemas de armazenamento de energia e eletromobilidade.

ODS 8 - Desenvolvimento Local e Geração de Renda: O Grupo Moura desenvolve tecnologias em energia que impulsionam diversos negócios, proporcionando um insumo decisivo para o avanço de várias atividades econômicas com competitividade e produtividade. Isso gera mais oportunidades profissionais, compartilha o sucesso e contribui para o crescimento de pequenos e médios negócios.

ODS 10 - Educação: O Grupo Moura implementa programas de impacto para promover o crescimento socioeconômico das comunidades onde opera, utilizando a Educação como ferramenta principal. Esses programas reforçam a missão do Instituto Conceição Moura de contribuir para o desenvolvimento de crianças e jovens, capacitando-os para se tornarem agentes de transformação no mundo.

O Pacto Global das Nações Unidas, lançado há mais de duas décadas, representa a principal iniciativa global de sustentabilidade corporativa. Endossado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e reconhecido em diversos fóruns intergovernamentais, desempenha um papel vital no fortalecimento da capacidade da ONU para colaborar estrategicamente com o setor privado. Isso ocorre para promover práticas empresariais responsáveis alinhadas aos valores da organização.

A Resolução 73/254 da Assembleia Geral da ONU, datada de 20 de dezembro de 2018, reconheceu explicitamente a importância do Pacto Global no avanço das parcerias estratégicas entre a ONU e as empresas comprometidas com a sustentabilidade. O objetivo é contribuir para a construção de um mundo melhor para as gerações presentes e futuras.

O Pacto Global auxilia as empresas a conduzirem seus negócios de forma responsável, alinhando suas estratégias e operações aos dez princípios que

abrangem questões como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Além disso, promove ações estratégicas para apoiar objetivos sociais mais amplos, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU.

Ao tornar-se parte desse movimento, a Moura agora faz parte de um grupo de mais de 20 mil empresas e organizações não-empresariais, incluindo 1.400 no Brasil, que priorizam responsabilidades sociais, ambientais e econômicas em suas operações. Comprometeu-se também a relatar anualmente seu progresso na Agenda ESG, impulsionando assim a contínua evolução de suas práticas sustentáveis, sociais e de governança.

No mesmo ano, a Moura colaborou com a implementação do Programa HUB ODS do Pacto Global da ONU no Brasil, por meio de sua participação no HUB ODS sediado no Recife, em Pernambuco. Esse programa visa acelerar o engajamento do setor empresarial com os 17 ODS, buscando alcançar suas metas até 2030 por meio de parcerias regionais. Além disso, o HUB serve como um mecanismo para ampliar o impacto regional dos ODS, levando em consideração as características específicas de cada estado brasileiro e envolvendo os principais atores de diferentes regiões.

A inauguração da nova unidade de reciclagem e metais representa um marco histórico para as políticas ESG da Moura. Para ampliar ainda mais suas iniciativas de Economia Circular, o Grupo Moura deu início, em 2022, à implementação de uma nova unidade fabril dedicada à reciclagem e metais. Esse passo representa um avanço significativo nas práticas sustentáveis dentro das operações da empresa e marca o maior investimento realizado em seus 65 anos de história. A previsão é que a capacidade produtiva seja duplicada, atingindo cerca de 140 mil toneladas de chumbo reciclado por ano, considerando a capacidade total de operação da unidade. O projeto se destaca pelos sistemas de segurança implementados, bem como pelas soluções em transformação digital, Indústria 4.0 e eficiência energética, além das tecnologias voltadas para descarbonização.

A nova Unidade de Reciclagem e Metais (URM) está sendo construída dentro do complexo fabril da Moura em Belo Jardim (PE). Ela foi projetada para incorporar as tecnologias mais avançadas do mercado, seguindo padrões internacionais rigorosos em relação à saúde, segurança e meio ambiente. Além disso, visa aumentar a competitividade da empresa por meio de inovações tecnológicas.

Essas práticas sustentáveis reforçam o compromisso da Moura com as frentes ESG e serão integradas em todos os processos da fábrica. Isso inclui desde o novo sistema de drenagem até a eficiência energética da unidade, que será totalmente baseada em fontes renováveis. A implementação de pressão negativa eliminará as emissões fugitivas, enquanto o desenvolvimento de uma barragem de água permitirá que a fábrica utilize águas pluviais captadas. Além disso, serão adotadas práticas de eficiência hídrica.

A unidade será equipada com novos equipamentos para melhorar os processos, especialmente em relação à separação e classificação dos materiais provenientes das baterias que serão recicladas.

Apesar de ter sido considerada por muitos no passado como uma questão ideológica, a preservação ambiental ganha hoje uma importância cada vez maior para as empresas. O comprometimento dos empresários e administradores na busca por soluções ambientalmente adequadas para os desafios da produção, distribuição e consumo de bens e serviços tem se intensificado.

Recentemente, as dimensões econômicas e mercadológicas das questões ambientais têm se destacado ainda mais. Elas representam custos ou benefícios, limitações ou potencialidades, ameaças ou oportunidades para as empresas. Uma rápida análise dos periódicos empresariais e financeiros recentes confirma que os laços entre as empresas e as questões ambientais são cada vez mais evidentes e favoráveis.

Nos últimos trinta anos, desde a Conferência de Estocolmo de 1972, que colocou a questão ambiental como prioridade na agenda internacional, os problemas ambientais ganharam nova relevância e estão cada vez mais presentes nas decisões empresariais. As preocupações ambientais foram incorporadas em todas as grandes questões estratégicas da sociedade contemporânea, algo que não acontecia décadas atrás.

A abordagem da questão ambiental nas empresas também evoluiu. Novos conceitos, como Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento no campo das teorias de desenvolvimento, e Produção Mais Limpa e Gerenciamento Ambiental da Qualidade Total (TQEM) no campo empresarial, destacaram os vínculos positivos entre preservação ambiental, crescimento econômico e atividade empresarial. Assim, a questão ambiental passou a ser considerada um elemento relevante nas estratégias

de crescimento das empresas, apresentando tanto ameaças quanto oportunidades empresariais.

A Fazenda Taboquinha, uma área de 347 hectares situada em Belo Jardim (PE), é vital para a região, abrigando cerca de 35 nascentes que são essenciais para a vida e o bem-estar das comunidades locais. Essas nascentes alimentam o rio Bitury, um importante curso d'água que sustenta diversas atividades, como o abastecimento humano, a agricultura e os ecossistemas locais.

Anteriormente propriedade da família Moura e um local de descanso para Edson Mororó Moura, fundador do Grupo Moura, a fazenda já foi utilizada para o cultivo de café, criação de gado e pastoreio de ovelhas. Agora, está destinada a se tornar a mais nova Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Brasil, como parte do compromisso socioambiental da região agreste de Pernambuco.

O objetivo é que, juntamente com a gestão da futura unidade de conservação, sejam implementadas atividades de preservação ambiental, ecoturismo, pesquisa científica e outras iniciativas positivas que promovam o emprego, o empreendedorismo e a educação na região.

Paralelamente ao processo de criação da RPPN, estão sendo elaborados os planos de manejo e recuperação, bem como um estudo abrangente da fauna e flora local para identificar espécies endêmicas e ameaçadas de extinção na área.

Além disso, o Grupo Moura está considerando o uso do estoque de carbono da área, ainda não quantificado, como parte de políticas de compensação ambiental. A futura RPPN possui características geográficas estratégicas para combater a desertificação da caatinga, incluindo uma das maiores elevações de Pernambuco, extensões de brejos de altitude e recursos hídricos, como reservatórios e uma cachoeira, que têm potencial para o turismo.

Outro tópico relevante está ligado ao projeto Moura BESS, que em 2022 se uniu ao projeto nacional de descarbonização da Amazônia e fornecimento regular de energia para comunidades remotas. Mais de 30 mil pessoas em Roraima e Amazonas, na região Norte do Brasil, deixarão de depender exclusivamente de sistemas de geração movidos a combustíveis fósseis, passando a contar com tecnologia que combina geração fotovoltaica e Moura BESS. Estima-se que, ao longo de cinco anos de operação da usina, 17,5 milhões de litros de óleo diesel deixarão de ser queimados, o que equivale a uma redução de 47 milhões de toneladas de CO₂.

Em outro contrato iniciado em 2022, o Moura BESS começou a ser implementado na Estação de Tratamento de Água (ETA) Petrópolis, em Caruaru, assegurando um fornecimento contínuo de água para a população em caso de quedas de energia. Este é um exemplo de confiabilidade e impacto social, proporcionando maior segurança hídrica para cerca de 300 mil pessoas, melhorando significativamente suas condições de vida.

A Moura também tem impulsionado o índice de nacionalização de suas tecnologias de lítio, atendendo quatro segmentos em seu complexo fabril em Belo Jardim: tracionário, automotivo, estacionário e sistemas de armazenamento de energia. Esse processo é crucial para fortalecer toda a cadeia produtiva, ampliando o alcance na reposição e pós-venda, e contribuindo para a formação de conhecimento local e capital humano. O programa Novos Talentos Lítio foi iniciado, com foco inclusive na inserção feminina. Além disso, a adoção do lítio no Moura BESS tem impactado positivamente na transição da matriz energética brasileira para fontes mais limpas, proporcionando segurança e controle energético para diversas empresas. A parceria com a chinesa Contemporary Amperex Technology Co. Ltd. (CATL) resultou na fabricação dos sistemas de baterias de lítio para o primeiro caminhão 100% elétrico produzido no Brasil, o e-Delivery, da Volkswagen Caminhões & Ônibus. A produção desses sistemas ocorre no parque fabril de Belo Jardim, com a Moura realizando a montagem, transporte, instalação nos veículos e testes finais de linha.

O Moura BESS também está envolvido em dois projetos com grande potencial para impulsionar a infraestrutura de eletromobilidade no Brasil: o desenvolvimento e instalação de dois eletropostos pela Grupo CPFL Energia e EDP Brasil, respectivamente. Esses eletropostos serão parte da Chamada 22 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e fornecerão recarga rápida para veículos híbridos e elétricos, contribuindo para a mobilidade sustentável em São Paulo (SP).

Já abordado anteriormente, mas de grande responsabilidade, destaca-se a gestão de resíduos e logística reversa, onde em 2022, o programa Aterro Zero alcançou um marco significativo ao eliminar completamente o envio de resíduos gerados pelas operações da Moura aos aterros sanitários públicos de Belo Jardim (PE), totalizando uma redução de 193 toneladas. Esse programa, em constante evolução, abrange todas as áreas da organização, visando principalmente a redução, reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente correta de resíduos sólidos. Em cada uma das unidades industriais, são realizadas atividades de separação e

condicionamento dos resíduos, com uma abordagem just in time para segregar os materiais perigosos, mas recicláveis, dos que não podem ser reaproveitados. Além disso, os resíduos orgânicos, que representam a última fronteira do programa, agora são direcionados para um programa de reforço alimentar na agropecuária da região Agreste.

Em um esforço de aprimoramento da cadeia de suprimentos, a Moura fortaleceu a sua rede de fornecedores, promovendo a Economia Circular e impulsionando a geração de emprego e renda no setor. A gestão dos resíduos é realizada por equipes internas sob supervisão das unidades de Segurança Industrial e Meio Ambiente (SIMA), que identificam empresas especializadas para a destinação adequada dos resíduos. Essas empresas são avaliadas e homologadas pelo departamento de compras, estabelecendo contratos para o transporte e descarte dos resíduos conforme sua classificação.

Por mais de quatro décadas, o Grupo Moura tem liderado a Economia Circular no Brasil, implementando um abrangente programa de logística reversa para todas as baterias comercializadas em todo o país. Desde a criação do Programa Ambiental Moura (PAM) nos anos 1970, a empresa se destacou como pioneira na coleta, reciclagem e reutilização de baterias de chumbo no país, tornando-se o maior reciclador desse material na América do Sul. Ao dar um novo ciclo de vida aos seus produtos, a Moura reduz significativamente os impactos ambientais de suas operações, garantindo o correto descarte de cerca de 120 mil toneladas de baterias a cada ano. Todas essas atividades são gerenciadas em conformidade com as diretrizes das certificações integradas obtidas pelo Grupo Moura em suas unidades industriais, incluindo ISO 9001, 14001, 45001 e IATF 16949, relacionadas à qualidade, gestão ambiental, saúde e segurança ocupacional, e qualidade automotiva.

O PAM representa um ecossistema circular completo, mantido sob gestão integrada, com a Rede Moura desempenhando um papel fundamental. Essa abordagem integrada permite que a Moura seja a única empresa do mercado a executar a logística reversa ao longo de toda a cadeia: desde a fábrica até os distribuidores e revendedores, que colaboram na venda de novos produtos e no retorno das baterias usadas. Os distribuidores e revendedores são participantes ativos do programa, contribuindo para a definição de estratégias e melhorias contínuas. Isso aumenta a eficiência dos processos e promove um relacionamento direto com os consumidores, que também absorvem esses princípios, fechando o ciclo de respeito

ao meio ambiente. O retorno das baterias é realizado por meio de transportadoras, que as levam até uma unidade metalúrgica própria, garantindo um fluxo circular de recursos de maneira estruturada, segura e ambientalmente responsável. O processo de reciclagem envolve o reaproveitamento do plástico das baterias, utilizado na fabricação de novos produtos, e do chumbo, que passa por etapas como separação, fundição, refino e lingotamento antes de ser reutilizado na produção de novas baterias.

Em conclusão, a gestão ambiental, essencial para empresas como o Grupo Moura, é crucial para alinhar metas corporativas com práticas sustentáveis. A empresa tem se destacado por seu compromisso com a sustentabilidade, refletido no seu manifesto ESG e em iniciativas pioneiras como a reciclagem de baterias e programas de inclusão. Essas ações não apenas fortalecem suas operações, mas também contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades e a preservação ambiental. O Grupo Moura exemplifica como a integração de práticas sustentáveis e responsabilidade corporativa pode promover um impacto positivo duradouro para a sociedade e o meio ambiente, não deixando de lado o retorno financeiro para seus negócios.

5 CONCLUSÃO

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, marcou o início de um movimento global para enfrentar os desafios ambientais emergentes, estabelecendo princípios que ainda hoje guiam políticas ambientais internacionais. Esta conferência foi um marco, destacando a necessidade urgente de harmonizar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, culminando posteriormente no Relatório de Brundtland, que introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nas décadas que se seguiram, observou-se um crescimento significativo no ativismo ambiental, com a proliferação de ONGs, a formação de partidos verdes e a ascensão do ambientalismo como um movimento social global. Eventos subsequentes, como a Eco '92, reafirmaram e expandiram esses princípios, introduzindo documentos fundamentais como a Declaração do Rio e a Agenda 21, que promoveram uma visão mais integrada e sustentável para o desenvolvimento.

Entretanto, as conferências posteriores, incluindo a Rio+10 e a Rio+20, mostraram que, apesar dos avanços na conscientização e na legislação ambiental, os progressos concretos foram frequentemente limitados por desafios econômicos e políticos. A contínua crise ambiental e a necessidade de uma abordagem holística e sustentável têm sido ressaltadas por estudiosos, que defendem uma mudança de paradigma para uma visão ecológica integrada.

Apesar das dificuldades e do ritmo lento de implementação de medidas efetivas, as conferências da ONU têm desempenhado um papel crucial na colocação das questões ambientais no topo da agenda global. Elas têm promovido um debate contínuo e crescente sobre a importância de um meio ambiente saudável, reconhecendo-o como um direito fundamental e um elemento essencial para o bem-estar humano e a justiça social.

Em resumo, desde a Conferência de Estocolmo de 1972 até a Rio+20 em 2012, o movimento ambiental global tem feito progressos significativos em termos de conscientização e estabelecimento de diretrizes para a sustentabilidade. No entanto, a plena realização desses objetivos continua a ser um desafio devido às complexidades econômicas, políticas e sociais. O legado dessas conferências é um testemunho do esforço global para enfrentar a crise ambiental e buscar um futuro sustentável para as próximas gerações.

A conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental é um desafio premente que define a era contemporânea. A reputação ambiental das empresas tornou-se um fator determinante, particularmente para aquelas em setores de alto risco ambiental. Ulrich Beck trouxe à luz a noção de "sociedade de risco", na qual os perigos tradicionais são superados por riscos derivados da atividade humana, como a poluição ambiental, gerando novos paradigmas de solidariedade e conflito.

A responsabilidade social corporativa (RSC) emerge como uma resposta a esses desafios, embora haja debates sobre sua motivação e eficácia. A governança privada, especialmente na gestão ambiental, é essencial para a prática da RSC, demandando mecanismos institucionais e regras claras, podendo até seguir diretrizes estatais, se estas ocorrerem. Enquanto alguns defendem os benefícios financeiros e sociais da RSC, outros questionam sua legitimidade e impacto real.

A gestão ambiental nas empresas evoluiu para um imperativo, com práticas que visam integrar considerações ambientais em todas as etapas do ciclo de vida dos produtos, alinhando isso ao marketing da empresa. A relação entre empresas transnacionais e governos destaca-se como um campo complexo, onde o poder econômico pode influenciar significativamente as políticas públicas e ambientais.

Em suma, a busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental é central para o futuro sustentável. A responsabilidade social corporativa e a governança privada surgem como ferramentas essenciais nessa busca, embora ainda haja desafios e debates a serem enfrentados para sua efetiva implementação e impacto, não deixando de lado o papel ativo do setor público como força motriz para uma gestão compartilhada eficaz.

A gestão ambiental, quando aplicada de forma eficaz, alinha o planejamento e a organização de uma empresa com práticas sustentáveis, espelhando os princípios da gestão da qualidade. Sua implementação, demandando decisões nos níveis mais altos da administração, reforça o compromisso corporativo com a sustentabilidade. Para o Grupo Moura, a sustentabilidade é mais do que um princípio; é um imperativo corporativo que se manifesta em um compromisso público, guiado pelo manifesto ESG, alinhando assim a visão pública e privada para a região em que a empresa atua. Este compromisso é sustentado por um legado de mais de seis décadas e diversas iniciativas pioneiras.

O Grupo Moura, desde suas origens em Belo Jardim, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento socioeconômico da região do semiárido

nordestino. Com a sustentabilidade no cerne de suas operações, a empresa integrou programas e alinhou práticas para fortalecer sua Agenda ESG em 2022, lançando o Programa de Diversidade & Inclusão e aderindo ao Pacto Global da ONU. Seus esforços não se limitam ao campo social, mas abrangem também a sustentabilidade ambiental e a governança corporativa, resultando em projetos educacionais, iniciativas de economia circular e inovação tecnológica.

A abordagem do Grupo Moura à sustentabilidade é multifacetada, englobando desde práticas de segurança e saúde até a implementação de tecnologias avançadas para a reciclagem e a eficiência energética. Exemplos notáveis incluem a construção da nova Unidade de Reciclagem e Metais e o desenvolvimento do projeto Moura BESS, que contribui para a descarbonização da Amazônia e a segurança hídrica em Caruaru.

A trajetória da Moura no fortalecimento de suas práticas ESG reflete uma evolução contínua e um compromisso duradouro com a sustentabilidade. A empresa não só adota medidas para reduzir seu impacto ambiental, mas também investe no desenvolvimento das comunidades onde atua, promovendo educação, inovação e inclusão.

Em suma, o Grupo Moura exemplifica como uma gestão ambiental integrada e comprometida pode gerar valor significativo, tanto social quanto econômico. Ao harmonizar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, a Moura estabelece um modelo de negócios sustentável que beneficia a sociedade e o meio ambiente, garantindo a longevidade e a relevância de suas operações no cenário global.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Desenvolvimento e meio ambiente UFPR, n. 5, jan./jun. 2002.
- BARNETT, M. Stakeholder influence capacity and the variability of financial returns to Corporate Social Responsibility. *Academy of Management Review*, v.32, p. 794-816, 2007.
- BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Madri: Paidós, 1998.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2a ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- DARNALL, N.; SIDES, S. Assessing the Performance of Voluntary Environmental Programs: Does Certification Matter?. In: *The Policy Studies Journal*. v. 36, n. 1, 2008. p. 95-117.
- FOSTER, B. C.; WANG, D.; KEETON, W. S. An Exploratory, Post-Harvest Comparison of Ecological and economic Characteristics of Forest Stewardship Council Certified and Uncertified Northern Hardwood Stands. In: *Journal of Sustainable Forestry*. v. 26, n.3, 2008. p. 171-191.
- Friedman, M. 1970. The social responsibility of business is to increase its profits. *New York Times Magazine*, 13 de setembro, 122-126.
- Fuchs D. Theorizing the power of global companies. In: Mikler J, editor. *The handbook of global companies*. West Sussex: John Wiley & Sons; 2013. p. 77-95.
- GORDENKER, Leon; WEISS, Thomas G. Pluralizing Global Governance: Analytical Approaches and Dimensions. *Third World Quarterly*, [S.l.], v. 16, n. 3. p. 357-387, set. 1995.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- IDOWU, S. O.; TOWLER, B. A. A comparative study of the contents of corporate social responsibility reports of UK companies. *Management of Environmental Quality: an international journal*, v.15, n. 4, p.420-437, 2004.
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.
- KING, A. A.; LENOX, M. J. Industry Self-Regulation without Sanctions: The Chemical Industry's Responsible Care Program. In: *The Academy of Management Journal*. v. 43, n. 4, 2000. p. 698-716.
- KRAWIEC, K. D. Cosmetic compliance and the failure of negotiated governance. In: *Washington University Law Quarterly*. v. 81. 2003. p. 487-544.

LE PRESTRE, P. G. Ecopolítica internacional. São Paulo: Senac-SP, 2000.

LINS, Luiz dos Santos; SILVA, Raimundo Nonato Sousa. Responsabilidade socioambiental ou greenwash: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 4, n. 1, p. 91-105, jan./jun. 2009.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

Oliveira, R. L. de, & Machado, A. G. C. (2010). GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL: ESTUDO DE CASOS EM EMPRESAS LÍDERES DOS SETORES SUPERMERCADISTA E DE REFRIGERANTES. *Revista De Gestão Social E Ambiental*, 4(2), 21–39.

PATTBERG, P. What Role for Private Rule-Making in Global Environmental Governance? Analysing the Forest Stewardship Council (FSC). Em: *Acordos Ambientais Internacionais*. v. 5. 2007. p. 175–189.

PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Genebra: UNEP, 2011.

POTOSKI, M.; PRAKASH, A. Green Clubs and Voluntary Governance: ISO 14001 and Firms' Regulatory Compliance. In: *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 2. 2005. p. 235-248.

RIBEIRO, M. A.; PHILIPPI JR, A.; BRITO, M. A. W. Ações Voltadas para a Implementação Regional da Agenda 21. Rio 92 Cinco Anos Depois: Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92. *Memória do Workshop*. Embú, SP. Brasil. 1997.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SHARMA, Sanjay; PABLO, Amy L.; VREDENBURG, Harrie. Corporate environmental responsiveness strategies the importance of issue interpretation and organizational context. e *Journal of Applied Behavioral Science*, v. 35, n.1, p. 97-108, mar. 1999.

SILVA, S. T. da. Direito Fundamental ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado Avanços e Desafios. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, [S. l.], n. 6, 2014. DOI: 10.22456/2317-8558.51610.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

DOCUMENTO final da Rio + 20 privilegia a economia, diz Marina Silva. G1 Globo.com RJ. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/documento-final-e-pa-de-calna-rio20-diz-marina-silva.html>

NACIONES UNIDAS. El Programa 21 y el Desarrollo Sostenible – Un buen plan, una débil aplicación, jan. 2002a. Disponível em: www.un.org/spanish/conferences/wssd/resumen.htm.